

UNEMAT Editora

Editor: Maria do Socorro de Sousa Araújo

Capa Final: Ricelli Justino dos Reis

Diagramação: Ricelli Justino dos Reis

Editora UNEMAT 2015

online

Conselho Editorial:

Maria do Socorro de Sousa Araújo (Presidente)

Ariel Lopes Torres

Luiz Carlos Chieriegatto

Mayra Aparecida Cortes

Neuza Benedita da Silva Zattar

Sandra Mara Alves Silva Neves

Severino de Paiva Sobrinho

Tales Nereu Bogoni

Roberto Vasconcelos Pinheiro

Fernanda A. Domingos Pinheiro

Roberto Tikao Tsukamoto Júnior

Gustavo Laet Rodrigues

Revista História e Diversidade/Expediente:

Coordenadores /Organizadores: Osvaldo Mariotto Cerezer

Marli Auxiliadora de Almeida

História e Diversidade [recurso eletrônico] / Revista do Departamento de História. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 6, nº. 1, (2015), 232 p.

Modo de acesso:<<http://periodicos.unemat.br/index.php/historiae-diversidade>>Semestral.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader (ou similar).

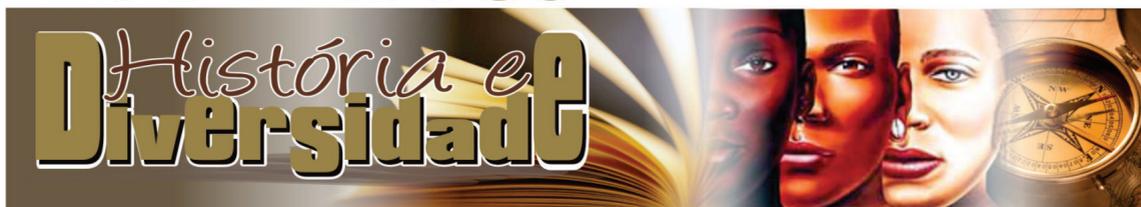
ISSN: 2237-6569

1. História. 2. Diversidade Cultural.

CDU 94+304.4 (05)

Editora UNEMAT
Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavalhada
Fone/fax: (0xx65) 3221-0077
Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil
E-mail: editora@unemat.br

Revista



Textos Extras

A CENSURA ENGANADA: ANÁLISE DO DISCURSO E FORMAS DE RESISTÊNCIA DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE O REGIME MILITAR NO BRASIL

Jefferson Gomes Nogueira

Instituto Master de Educação e Cultura de Campo Grande - MS.

E-mail: jefferson_gn35@yahoo.com.br

RESUMO: O Regime Militar implantado no Brasil em 31 de março de 1964, através de um golpe de Estado perpetrado pela cúpula das Forças Armadas com a aquiescência de algumas lideranças políticas e outros setores da sociedade civil, utilizou-se da censura para calar as vozes dissonantes ao novo regime. Várias foram as formas de censura, sendo que a mais utilizada foi a censura prévia, onde os censores atuavam de forma ostensiva na verificação dos assuntos classificados como “nocivos” à imagem do regime. Buscamos analisar a forma de manipulação do discurso jornalístico e a resistência do jornal O Estado de São Paulo (O ESP), que descrevia os acontecimentos políticos durante a vigência do Regime Militar (1964/1985), num ambiente marcado por forte censura repressiva, expressa na Lei de Imprensa e na Lei de Segurança Nacional.

Palavras chave: censura, repressão, manipulação, resistência.

ABSTRACT:The military regime established in Brazil in March 31st 1963, started as a coup d'état carried out by the military coup and had the acquiescence of some political leaders and some other sectors of the civil society. Censorship was used to silence dissenting voices against the new regime. There were several forms of censorship; the main one was a previous censorship, where the censors would be more incisive in the verification of subjects classified as “harmful” to the image of the regime. Seek to evaluate the type of manipulation of the journalistic discourse and the resistance of the Daily Newspaper called O Estado de São Paulo (The State of Sao Paulo), describing the political events during the period of the Military Regime (1964 – 1985), in an environment which was full of repressive censorship that was mostly expressed by the “Press Law” and the “National Security Law”.

Keywords: censorship, repression, manipulation, resistance.

Este trabalho tem como objetivo central a compreensão das formas de resistências empregadas pelo Jornal O Estado de São Paulo (O Estadão), ante a repressão e a censura à imprensa escrita durante o regime militar no Brasil, buscando na construção narrativa dos fatos da história recente de nosso país - principalmente aqueles ligados a repressão política - compreender o comportamento daquele órgão de imprensa durante o período em que esteve obrigado a conviver com agentes da censura durante a realização de seus trabalhos.

O relativo distanciamento que alcançamos hoje nos permite romper com a relação de amor e ódio que permeia o imaginário político brasileiro, quando se trata de análise dos 21 anos de ditadura militar no Brasil. Atualmente cresce da produção acadêmica e publicações acerca da temática censura durante o Regime Militar.

O historiador Carlos Fico (2004) destaca que a explicação certamente fundamenta-se no fato de que velhos mitos e estereótipos estão sendo superados, graças à pesquisa histórica factual e ao profissionalismo e desprendimento político que o distanciamento histórico está possibilitando.

O papel da imprensa e a ação da censura na produção jornalística diária foram analisados, tendo por base as obras *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: O jornal O Estado de São Paulo*, de Maria Helena Prado Capelato e Maria Lígia; a obra *Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978), o Exercício cotidiano da dominação e da resistência, O Estado de São Paulo e Movimento*, EDUSC: 1999, da Historiadora Maria Aparecida de Aquino, e *Cães de Guarda – Jornalistas e censores do AI5 à Constituição de 1988*, de Beatriz Kushnir. Estas obras nos permitiram compreender como o Regime Militar manteve o controle das informações e do comportamento da imprensa.

A importância da imprensa como instrumento eficaz de controle social, amplamente utilizado pelo regime militar, bem como seu papel de formadora de opinião, que tem na notícia uma categoria suscetível de manipulação na construção da realidade capaz de influenciar o acontecer histórico, foi trabalhado através da obra de Maria de Lourdes Motter, intitulada “Ficção e História, Imprensa e Construção da Realidade”.

Essas obras que expressam o sentimento daqueles que vivenciaram o período, juntamente com os depoimentos históricos e a produção científica disponível, nos possibilitou uma reflexão sobre os fatos históricos e a resistência do Jornal O Estado de São Paulo durante o período em que sofreu forte censura dos órgãos de repressão.

Dentro desse contexto de escassez de fontes documentais, consideramos os registros jornalísticos de época, uma fonte preciosa para análise e reconstituição dos principais acontecimentos referente aquele período, através do discurso produzido por uma parte da imprensa brasileira. Tomamos como aporte teórico a obra *Teoria das comunicações de massa, leitura e crítica*, do Sociólogo Italiano Mauro Wolf, o qual nos traz uma análise do contexto e paradigmas na pesquisa sobre os meios de comunicação de massa, enfatizando a importância e o papel dos meios de comunicação na construção da realidade, bem como o estudo e os efeitos da construção e utilização da notícia em longo prazo.

Durante o período mais crítico da repressão política no Brasil, entre os anos de 1968 e 1974, por força da censura, os grandes jornais transferiram para as páginas policiais os assuntos e as matérias referentes aos presos políticos e partidos clandestinos, bem como os da luta armada em geral. Dentro de um contexto de guerra declarada à chamada “subversão”, uma parte significativa da imprensa brasileira foi conivente e produziu um discurso jornalístico capaz de “tingir o conteúdo deste discurso como reprodução do real”. (MOTTER, 2001, p.11). As notícias eram avaliadas pelos “censores” que julgavam o que poderia ou não e o que deveria ser publicado. Nesse jogo de palavras, onde o mais importante não era o que relatar, mais o que e como ocultar, o jornal exerceu um papel importantíssimo nos registros da história da repressão política e da resistência ao regime militar no Brasil.

Na maioria das vezes as notícias eram elaboradas pelos agentes repressores e chegavam às redações dos jornais já prontas, não permitindo, desta forma, que os jornalistas às modificassem. Havia uma preocupação muito grande com a importância estratégica das informações divulgadas pela imprensa, e os militares sabiam como utilizá-la a seu favor, buscando aplicar as máximas: “explicar, justificar e convencer”. (MOTTER, 2001, p.11).

O Jornal Estado de São Paulo foi destaque pela forma criativa que usava para burlar a censura e denunciar, de forma silenciosa, os abusos cometidos pelos órgãos de segurança e repressão à imprensa.

O Discurso, a imprensa e a “construção” da realidade.

Os efeitos da mídia eram considerados relevantes nos anos 30, devido à Depressão e ao fato de que a situação política que determinou a guerra criava um terreno fértil para a produção de certo tipo de efeitos. Do mesmo modo, a tranquilidade dos anos 50 e 60 conduzia a um modelo de efeitos limitados. Ao final dos anos 60, um período de conflitos, tensões políticas e crise econômica contribuiu para tornar a estrutura social fundamentalmente vulnerável e permeável à comunicação dos meios de massa”. (CAREY, 1978, p.115, apud WOLF, 2003)

A ditadura militar mergulhou a sociedade brasileira num contexto histórico marcado por perseguições políticas, incertezas, medos, abusos de autoridade e censura de toda ordem. Segundo Fico (2004), a produção histórica acerca dos acontecimentos posteriores ao golpe militar marca uma nova fase de estudos sobre aquele período. Esta produção historiográfica está inserida no contexto da chegada ao país da chamada “Nova História”, o que não viria a ser uma produção fortemente influenciada pelo marxismo ou pela segunda fase dos *Annales*.

Abandonando explicações fundadas em conceitos como os de ‘classe social’, ‘modo de produção’, ‘estrutura econômica’ ou ‘estrutura social’, os historiadores do que se convencionou chamar de “Nova História” buscavam uma estratégia cognitiva (mais do que uma perspectiva teórico-conceitual) que enfatizasse o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua ‘mentalidade’, sua ‘trajetória de vida’ etc., opções que, obviamente, não incidiram apenas sobre os estudos relativos à ditadura militar, mas sobre todo o escopo de estudos históricos aqui e alhures. (FICO, 2004, p.10)

Em *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*, Paolo Marconi traz uma análise do comportamento da imprensa brasileira, que sofreu não só com a censura oficial dos órgãos de segurança, mais, sobretudo com a chamada censura patronal, “feita até com maior rigor, persistência e eficácia” (MARCONI, 1980, p.11). Nessa obra o autor apresenta uma análise crítica do papel e do comportamento da imprensa durante o regime militar, sob a ótica de quem vivenciou, como jornalista, os tempos mais difíceis daquele período, onde o não pensar, o não informar e o não questionar eram as regras do jogo.

Num contexto de conflito político em que estava mergulhado o Brasil pós-64, a utilização dos meios de comunicações era vital para a manutenção da ordem imposta pelos militares. O jogo com as palavras fazia toda a diferença no resultado final, ou seja, na percepção do leitor. As palavras eram tecidas como que “fios ideológicos” que serviam a trama das relações sociais e em todos os domínios.

Durante o período da luta armada no Brasil, as informações e a manipulação da palavra escrita eram vitais para a obtenção do sucesso, e foram exploradas pelos dois lados daquele conflito. Ressalvadas as devidas proporções, as organizações de esquerda, princi-

palmente durante a fase de sequestro de diplomatas estrangeiros, souberam utilizar-se bem da mídia para difundir sua ideologia e sua proposta de revolução e derrubada do Regime Militar.

Uma destas oportunidades de utilização dos meios de comunicação pelas organizações de esquerda se deu com o episódio do sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, *Charles Burke Elbrick*. Numa ação ousada na zona sul do Rio de Janeiro, em 1969, um comando de ação conjunta entre a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), sequestraram o embaixador e exigiu a soltura de presos políticos que estavam em poder do Exército. Foi a primeira vez que um grupo revolucionário teve acesso direto aos principais jornais do país, e conseguiu publicar na íntegra, em 05 de setembro de 1969, um longo manifesto com suas explicações para suas ações que ocorriam em várias partes do país.

Nesse jogo com as palavras, as verdades não são dadas pura e simplesmente, elas são manipuladas em manobras táticas, pensadas e estrategicamente articuladas para o fim a que se destina, qual seja: convencer o leitor. Dessa forma, no campo do jornalismo, travou-se uma verdadeira batalha em torno da conquista de espaço e da confiança do leitor, onde a palavra podia ser articulada dentro de um dado contexto, o que permitia “montar-se uma verdade”. (MOTTER, 2001, p.11).

A busca pela apropriação da palavra escrita faz parte da lógica de disseminação de qualquer ideologia, onde “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”. (BAKHTIN, 1992, apud ABREU, 2000, p.22.). O discurso jornalístico é repleto de componentes que, vistos isoladamente, podem não transparecer o caráter ideológico deste discurso. Neste conjunto, o texto, o título, o entre título e a foto são elementos fundamentais para uma análise do conteúdo. Outro aspecto a ser observado é a localização da matéria na página.

Um fator determinante na relação entre o meio de comunicação e o seu destinatário final, o leitor, é que este, como receptor em potencial das mensagens transmitidas, não possui uma visão de mundo, mas várias visões, o que o torna um decodificador específico de cada mensagem. Nessa relação simbólica, o “termômetro” que mede o grau de receptividade e satisfação do leitor é muito subjetivo, e na maioria das vezes se dá por meio de pesquisas de opinião ou em cartas destes às redações dos jornais.

Abreu (2000) destaca que, [...] o jornal faz uso de recursos de linguagem (gráficos, fotos e texto) para conquistar seu público. Como lida com bens simbólicos- sua matéria prima é a ideologia- precisa afirmar-se como intermediário fiel entre o leitor e o acontecimento. (ABREU, 2000, p.142).

Do contrato social entre o leitor e o jornal, este último se coloca, e é percebido como intermediário entre o poder público e o povo, sendo que do jornal se espera a imparcialidade na narrativa do discurso. Havia, naquele período, uma situação de controle social específico sobre determinados temas e uma campanha informativa, ideologicamente preparada sob a luz da Doutrina de Segurança Nacional, que passava da situação de comunicação mais “normal” da vida cotidiana do país, para a produção e difusão diária de

mensagens de massa, principalmente com o intuito de mascarar os fatos em detrimento da realidade dos mesmos. O controle acirrado dos meios de comunicação foi determinante para o desmantelamento das organizações de esquerda que aderiram à luta armada no Brasil na década de 60, funcionando como um eficiente meio de controle social a serviço da repressão.

Aquino (1999) destaca que na história republicana do Brasil, somente em dois momentos a ação da censura política se deu de forma contínua, sendo exercida de maneira constante durante um período determinado: no Estado Novo, de Getúlio Vargas (1937-1945), e durante o Regime Militar instaurado em 1964, sendo que neste último período, o marco da censura foi lentamente instituído a partir de 13 de dezembro de 1968, com o encrudescimento do regime através da edição do 5º Ato Institucional, o AI5 como ficou conhecido. “Na data da edição do Ato, o ESP, [O jornal Estado de São Paulo] preparou o editorial “Instituições em Frangalhos”, que acabou sendo responsável pela sua apreensão, bem como do Jornal da Tarde”. (AQUINO, 1999, p.206.)

Num primeiro momento da repressão aos meios de comunicação, a censura atuava indistintamente sobre todos os periódicos, sendo que, segundo Marconi (1980) de 1968 a 1972 tem-se uma fase inicial em que há uma estruturação da censura, do ponto de vista legal e profissional, em que o procedimento praticamente se restringe aos telefonemas e bilhetes enviados às redações.

Segundo Aquino (1999), entre 1968 e 1978 a censura atuava de duas formas básicas: através de telefonemas diretos às redações, anônimos ou não e ordens escritas, apócrifas ou não, direcionadas aos jornais de grande circulação diária ou, através de “acordos” prévios fechados com os proprietários dos grandes jornais, nos quais foi instituída a chamada censura prévia.

Em periódicos não diários, a censura era mais complexa, pois todo o material deveria ser enviado previamente para Brasília ou entregue pessoalmente na delegacia regional da Polícia Federal mais próxima da redação. Como uma forma de resistir às investidas dos órgãos repressores, e como uma forma de denunciar as arbitrariedades, alguns jornais preenchiam os espaços cortados pelos censores com uma tarja preta, com espaços vazios ou até com assuntos que causassem estranheza ao leitor.

Quem sofreu mais com a repressão da censura foram os jornais da então denominada Imprensa Alternativa, que juntos faziam coro de oposição clara e explícita ao regime militar. Os mais expressivos exemplos de imprensa alternativa daquele período - todos extintos pela repressão- foram o Pasquim, o Opinião e o Movimento. Várias revistas de circulação semanal também sofreram censura, como foi o caso da Revista Veja que teve inúmeros exemplares apreendidos por agentes da Polícia Federal. Em vários estados a censura dos órgãos federais se fazia presente e ativa. Em Belo Horizonte logo após a edição do AI5, a Revista Veja sofria nova apreensão.

Esse Telex, enviado em 16 de dezembro de 1968, pela sucursal de VEJA em Belo Horizonte à redação, em São Paulo, informava que a Polícia Federal estava apreendendo as revistas nas bancas de Minas Gerais, fato que, naquela manha, se repetia em todo o território nacional. A edição confiscada tinha como tema principal o anúncio do

AI5, estampando na capa uma foto do Presidente Costa e Silva, sozinho no Congresso. (MARCONI, 1980, p. 49.)

Dentro desse contexto de repressão, cabia ao Ministério da Justiça, através de decretos-leis, o respaldo legal de controle das informações veiculadas na imprensa de uma forma geral,

[...], com efeito, pelo art 50 do projeto, o Ministro da Justiça, por ato de império, tem a faculdade, entre outras, de determinar a apreensão de jornais e até de suspender-lhes a impressão, desde que, a seu talante, entenda que a publicação “constitua ou possa vir a constituir o meio de perpetração de crimes previstos na Lei de Segurança”. (MORAES FILHO, 1982, p.52).

Assim, durante o regime militar grande parte da imprensa no Brasil vivia este dilema constante,

[...] Noticiar ou omitir, denunciar ou calar, tomar partido a favor ou contra, transformar insignificâncias em grandes acontecimentos para a notícia de interesse não seja notada. Distrair quando convém aos seus interesses, chamar atenção e polemizar quando lhe parece útil. Fazer avançar movimentos sociais ou refreá-los, estimular a consciência crítica ou promover o conformismo, fazer aflorar a realidade concreta e as desigualdades ou apagar os conflitos pela omissão tendenciosa das arbitrariedades, exploração e opressão decorrentes da dominação exercida por uma classe sobre as outras. (MOTTER, 2001, p.63).

Nesse ambiente conturbado onde o não pensar criticamente, o não expressar-se e a omissão involuntária de divulgação de ideias eram as regras impostas pelo regime militar, a realidade, ou melhor, a percepção da realidade que ficava no imaginário do leitor era aquela ofertada nas páginas dos jornais de grande circulação diária.

Imprensa: eficaz mecanismo de controle social

Segundo Motter (2001), a imprensa escrita de circulação diária tem por objeto a exclusão da intervenção do sujeito, haja vista que os fatos são apresentados de forma sintética, cabendo ao jornalista apenas registrá-los. Desta forma, a indústria da informação cria no cidadão o sentimento de estar bem informado, contudo elimina sua dimensão crítica uma vez que não permite que este tenha acesso às várias versões dos fatos, privilegiando uma visão unilateral, sintetizada, que interessa a um determinado grupo, naquele período, aos militares.

No lugar da liberdade autêntica que permitisse uma reflexão crítica dos principais acontecimentos durante o regime militar, o que era ofertado ao leitor era uma falsa liberdade, com informações manipuladas que encobriam os fatos reais, procedimentos comuns durante a vigência de regimes autoritários onde, segundo Freitag (1990), o saber, a política e a economia constituem uma força cuja filosofia é a acumulação e cuja prática é a repressão de tudo o que se opunha a ela.

Durante o regime militar, os conflitos de classe, as lutas para modificar a ordem social e política vigente foram silenciadas em nome da “Segurança Nacional”. Freitag (1990) destaca que nessas condições, os detentores do poder se utilizam de quaisquer artifícios para a manutenção do *status quo*, onde procuram legitimar o sistema político que lhe assegura estabilidade e continuidade, disfarçando o mal-estar real gerado pelas condições de unidimensionalização e confundindo as consciências, incapazes de avaliar todo o processo.

A manipulação das informações pode criar um ambiente propício à disseminação de falsas realidades, criando nos leitores o que Wolf (2003) classifica de “disfunção narcotizante”. Segundo o autor, o cidadão interessado e informado pode sentir-se satisfeito com tudo o que sabe sem se dar conta de que se abstêm de decidir e agir. Em suma, ele considera o seu contato mediato com o mundo da realidade política, a leitura.

O discurso da imprensa durante o Regime Militar no Brasil esteve, na maioria das vezes, estreitamente afinado com o discurso dos militares, haja vista a existência de vários mecanismos de coação, coerção, censuras e controle dos órgãos de informação e segurança. No campo da repressão política, as notícias sobre as ações dos grupos de guerrilha eram estrategicamente articuladas e manipuladas, visando desqualificar e criminalizar aqueles movimentos. A manipulação da linguagem escrita era uma forma eficaz de atingir e desarticular qualquer possibilidade de adesão de simpatizantes à causa revolucionária da esquerda, confundindo a opinião pública ao não permitir que o leitor tivesse acesso à totalidade das informações sobre determinados temas.

Naquele contexto, o discurso jornalístico estava sempre atuando junto com grandes forças políticas, econômicas e sociais, pois,

[...] um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particulares o foro de objetividade, já que criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente opiniões e informações. É uma forma de dar eco a posições pessoais, de classes ou de nações através de um complexo industrial-tecnológico, que além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como a verdade. (MORAES FILHO, 1982, p.10)

A apropriação, controle e uso pelo Estado dos meios de comunicação de massa, foram primordiais na luta dos governos militares contra os insurgentes. A ideia de uma imprensa livre e objetiva que normalmente norteia um discurso ligado à representatividade de todos os setores sociais foi colocada à margem, onde os detentores do poder se viam ameaçados por quaisquer informações que fossem contra a “Segurança Nacional”.

Para Lefebvre (apud NETTO, J. P. & FALCÃO, 1989, p.16) o papel do Estado como gestor da sociedade repousa sobre o cotidiano, e tem por base a cotidianidade que ele gera das mais diversas formas, indireta e diretamente através de leis, regulamentos, proibições, intervenções, fiscalizações, instituições jurídicas, orientação dos meios de comunicação, controle das informações, etc.

O discurso jornalístico, por trazer notícias diárias, num grande e complexo ciclo de informações novas, deixa a sensação, no mundo do senso comum, de que não há motivos nem espaço para desconfiança. A realidade dos fatos apresenta-se no jornal do dia, de forma superficial, fragmentada, articulada e espetacular. Isso agravava a compreensão dos fatos durante o regime militar, pois o controle acirrado dos meios de comunicação, a articulação e manipulação dos fatos, não permitiam ao leitor o exercício de desvendar a complexidade do que realmente estava acontecendo, de articular e compreender tantos fatos e acontecimentos simultâneos.

Motter (2001) destaca que chegamos assim a uma forma de poder do jornal como agente do processo social, qual seja o de intervir no curso dos acontecimentos pelo uso autorizado da palavra que estrutura, sustenta e reproduz o sistema engendrado do poder.

O estudo dos *Mass Media*

Os meios de comunicação de massa constituem, assim, um universo simbólico que é objeto de consumo em grande escala. “Os *Mass Media* exprimem uma experiência individual cotidiana num terreno de conflito político, e um sistema de mediação cultural e de agregação social”. (WOLF, 2003, p. 09). O estudo dos meios de comunicação de massa foi desenvolvido pelo que Merton chamou de corrente europeia e americana, ou seja, entre a sociologia do conhecimento e o estudo das comunicações de massas propriamente ditas. Este último destinado ao desenvolvimento de estudos ligados a influência que os meios de comunicação de massa exercem sobre o público. “Já a denominada corrente europeia pretende conhecer as determinantes estruturais do pensamento”. (MERTON, apud WOLF, 2003, p.13).

Os efeitos que os meios de comunicação de massas exercem sobre os indivíduos, relacionam-se com as forças sociais vigentes num determinado período histórico. Os anos 60 representam um período de conflitos mundiais, marcados por tensões políticas e graves crises econômicas que contribuíram para tornar “[...] a estrutura social fundamentalmente vulnerável e permeável à comunicação dos meios de massas”. (CAREY, apud WOLF, 2003, p. 49).

O modo de pensar o papel da comunicação de massa parece estreitamente ligado ao clima social de um determinado período histórico, onde as oscilações e a influência da ação da mídia sobre os indivíduos são constantes. No período considerado nesse trabalho, a imprensa sofreu forte censura e controle da circulação de informações e notícias, onde nada fugia aos censores, que possuíam um *check list* com palavras julgadas impróprias ou ameaçadoras ao regime, ou ainda que pudessem incentivar a adesão à causa revolucionária.

Considerando que o contexto sociopolítico em que vive o leitor, destinatário final das mensagens explícitas e implícitas dos jornais de circulação diária, é determinante para a escolha do tipo de informação a ser produzida e divulgada pela imprensa, e que a notícia pode desencadear uma situação de risco social que produz tensões e conflitos, temos então a relevância estratégica da posse e domínio dos meios de comunicação de massa.

Capelato; Prado (1980) destacam que o estudo desses veículos de controle social da informação, torna-se essencial para compreensão dos acontecimentos que marcaram o

regime militar no Brasil no pós 64, pois o jornal, como um elemento atuante no processo político global, foi determinante como agente promotor da ideologia dominante e como meio de controle social e manutenção do *status quo*.

As autoras destacam o fato de que os estudos sobre o regime militar no Brasil, não têm dado importância ao discurso jornalístico como objeto de pesquisa. Sua utilização se dá, na maioria das vezes, como uma “fonte confirmadora” das análises apoiadoras em outros tipos de documentação. Assim, não se pode compreender a imprensa como um mero meio de divulgação de informações descompromissado com a realidade e com o contexto histórico no qual ela está inserida. A situação política e social fornece, determina e reflete no tipo de informação que se quer repassar levando-se em conta as expectativas e familiaridades que determinadas mensagens despertam em seus leitores, as quais devem sustentar a dependência de grupos sociais de referência.

Isto posto,

[...] a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informação”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

Segundo Adorno (1954), “[...] os meios de comunicação de massa não são simplesmente a soma total das ações que descrevem ou das mensagens desenvolvidas por essas ações”, (ADORNO, 1954, p. 390, apud WOLF 2003, p. 84). mas estes consistem em vários significados sobrepostos uns aos outros, onde todos colaboram para o resultado final. Todo o processo de produção de uma notícia faz parte de uma estrutura capaz de manipulação das palavras, conforme interesses políticos, sociais e econômicos em jogo.

Dessa forma a imprensa utiliza-se de mecanismos capazes de atingir o leitor psicologicamente, fazendo-o ser refém daquilo que lê.

[...] o que ela comunica foi por ela organizado, como o objetivo de encantar os espectadores simultaneamente em vários níveis psicológicos. De fato, a mensagem escondida pode ser mais importante do que a evidente, pois escapará aos controles da consciência, não será evitada pelas resistências psicológicas nos consumos, mas provavelmente penetrará no cérebro dos espectadores. (LAZARFELD; MERTON, 1948, apud WOLF 2003, p. 58).

Os diversos fatores sociais, políticos e econômicos influenciam na estrutura e na produção das informações, determinam o caráter das distorções, involuntárias ou não, das representações difundidas pela imprensa.

À medida que o destinatário não é capaz de controlar a exatidão da representação da realidade social, com base em algum padrão externo à mídia, a imagem que ele forma

para si mesmo mediante essa representação acaba por ser distorcida, estereotipada ou manipulada. (ROBERTS, 1972, p. 361, apud WOLF, 2003, p.141).

Num processo de elaboração e procedimento de uma notícia jornalística, dentro de uma normalidade política e com certa liberdade de expressão, os critérios de relevâncias adotados pelos jornalistas para a seleção dos acontecimentos que virarão notícia, percorrem todo um processo de relevância do tema que vai do fato em si, até o interesse do leitor. Nesta perspectiva de uma imprensa relativamente autônoma,

[...] os meios de comunicação de massa fornecem algo que é mais do que simplesmente um certo [sic] número de notícias. Eles fornecem também as categorias em que os destinatários podem facilmente situá-las de modo significativo. (SHAW, 1979, p.103, apud WOLF 2003, p.145).

A informação impressa é organizada em fatos históricos, em torno da memória dos acontecimentos, onde a produção das informações é classificada em temas, por sua relevância, a juízo dos detentores dos meios de produção das mesmas. Cabe, assim, aos editores chefes a tarefa de aprofundar, contextualizar e ampliar as notícias de acordo com seus interesses ou com as ordens que recebe.

Segundo Golding; Elliott (apud WOLF, 2003), o conceito de manipulação implica uma posição de equilíbrio, da qual as notícias podem ser tiradas devido à influência da conspiração ou da decisão dos que detêm o poder político ou comercial. Uma peculiaridade da produção de informação para a publicação em jornais de circulação diária é a de que os eventos noticiáveis devem ter ocorrido nas 24 horas entre um noticiário e outro. Dentre as fases de coleta de matérias que darão suporte à informação jornalística diária, a fonte das informações possui um lugar de destaque neste processo. Numa situação de “normalidade”, o jornalista iria à busca das notícias, do que seria interessante ao leitor. Já no processo de produção de notícias censuradas previamente, estas chegavam aos jornalistas já prontas, moldadas ideologicamente pelos critérios dos órgãos repressores.

Naquele contexto de censura acirrada, o Jornal O Estado de São Paulo, teve um destaque na forma criativa encontrada para burlar, ou melhor, denunciar que estava sendo vítima de censura prévia.

A Imprensa Amordaçada: a censura durante o regime militar



Fonte: <http://criadordejogos.wordpress.com> Acesso em 25 de maio de 2012.

Já a partir de 1968, principalmente após a edição do AI5, as represálias aos meios de comunicações que não cumpriam as ordens das autoridades se intensificaram, e eram comuns as apreensões de jornais e revistas que continham, aos olhos dos censores, artigos ou notícias que afrontavam o Regime Militar.

Na noite de 13 de dezembro, o jornal [O Estado de São Paulo] “recebe a visita da Polícia Federal que sugere a alteração do famoso editorial “Instituições em Frangalhos”; a postura do jornal é de resistência e recusa o que motiva a apreensão”. (AQUINO, 1999, p.54). Durante a abertura da 11ª Semana de Estudos de Jornalismo na Universidade de São Paulo, em 1970, discursando sobre o tema “Censura e Liberdade de Imprensa”, numa resposta sobre a liberdade de imprensa no Brasil a um dos presentes na plateia, o jornalista e diretor do jornal O Estado de São Paulo, Júlio Mesquita Neto respondeu:

Se o senhor lê o Estado de São Paulo, sabe que o jornal vem sendo editado praticamente sob protesto. Desde o dia 13 de dezembro de 1968 que não publicamos nosso primeiro editorial. Não comentamos matéria política por não dispormos de liberdade suficiente para dizer o que pensamos. O senhor aludiu à liberdade de publicação de notícias. Como jornalista, conhece o assunto. A verdade é que há uma censura e que essa censura frequentemente não permite a divulgação de uma série de fatos. Temos de agir nesse contexto. Publicamos o que, dentro do possível, podemos, e chegamos ao ponto de ter edições apreendidas na boca da rotativa. Isso aconteceu quando, num momento de excepcional gravidade, fizemos um editorial sobre a situação geral do país. É um fato. Contra a força não há argumentos. (AQUINO, 1999, p.54).

Nos momentos iniciais do regime militar, ocorreu uma ampla “onda” de represões, onde prisões, aberturas de Inquéritos Policiais Militares, (IPM), demissões de funcionários civis, aposentadorias compulsórias de professores, prisões de estudantes, reformas e prisões de militares leais ao governo deposto, cassações de políticos formavam uma conjuntura de medo, incertezas, perseguições e delações.

É nesse contexto conturbado que surge a censura e a repressão aos meios de comunicação.

Pela primeira vez, desde 1964 a imprensa – que Castello Branco e mesmo Costa e Silva numa primeira fase, consideraram intocável – é atingida pela repressão, instaurando-se a censura. Muito ampla nos primeiros momentos da crise, ela se tornará um pouco mais branda tempos depois, mas não mais deixará de existir, aumentando o controle sobre as informações conforme as oscilações da situação política e social do país. (AQUINO, 1999, p.56)

Nesta busca pela legitimação do regime militar, o controle da imprensa, principalmente do jornal, tornou-se vital para disseminação da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional. Motta (2002), em seu livro *Imprensa e Poder* ressalta que “Não há poder sem imprensa, nem imprensa sem poder. Ambos estão historicamente relacionados”. Dentro desta perspectiva, durante o regime militar, cabia ao Ministro da Justiça a fiscalização vigilante e a autoridade para determinar a suspensão do processo de impressão e apreensão de tiragens inteiras de jornais, quando entendesse que a publicação “constitua ou possa vir

a constituir o meio de perpetração de crimes previstos na Lei de Segurança”. (MORAES FILHO, 1982, p.56).

Naquele período, mais importante do que controlar a narrativa dos fatos que envolviam as ações das organizações de esquerda, era a sua completa neutralização. A omissão da informação era conseguida, principalmente, dentro dos periódicos que aceitavam “trabalhar no limiar da autocensura”. Motta (2002) destaca que os agentes atuavam por meio de recados telefônicos ou bilhetes nem sempre identificados, utilizando-se de fórmulas clássicas como as expressões: “de ordem superior”; “polícia federal”; “pede”; “fica terminantemente proibida a divulgação”; “da ordem do Exmo. Sr. general diretor geral da PF [Polícia Federal]” etc.

Alves (1999) enfatiza que a censura faz parte da estratégia do Estado Autoritário, na tentativa de criar a imagem de um país harmonioso e livre de conflitos, produzindo, assim, uma representação de nação democrática. “É na defesa da ordem que se justifica a ação repressora”. (ALVES, 1999, p.80), assim a propaganda ideológica cumpre um papel fundamental dentro do contexto de preservação do *status quo* de qualquer regime político.

Chauí (1986) afirma que o indivíduo participa da vida social e política na proporção ao volume e ao acesso quantitativo e qualitativo de informações que lhe são disponibilizadas. Não basta a possibilidade de acesso às informações e sua capacidade de aproveitá-las, mas, e, sobretudo, pela capacidade e da possibilidade de nelas podermos intervir como produtor do conhecimento e do saber. “Não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar sobre qualquer circunstância. Há, portanto, regras de interdição quanto ao emissor, ao receptor, à mensagem, seu tempo e seu lugar”. (CHAUÍ, 1986, apud. AQUINO, 1999, p.190).

A censura prévia atingia as notícias no ato de sua produção, onde os censores cortavam trechos que, na redação final, deformavam todo o conteúdo da reportagem. “Essa prática foi exercida em algumas redações entre 1968 e 1978. Ou seja, das vésperas do AI5 ao processo de Anistia. [...] o que não significa que não tenha existido antes e que tenha deixado de existir depois”. (KUSHNIR, 2004. p. 41).

“De ordem superior, fica proibido”.

Durante a fase mais nefrágica do regime militar, a censura aos meios de comunicação foi implacável. “De ordem superior, fica proibido”, este era o conteúdo dos “bilhetinhos” que chegavam às redações de diversos jornais e revistas. A liberdade de expressão, instrumento básico e essencial em qualquer jogo democrático ficou comprometida pela ação e vigilância dos chamados “cães de guarda”. (KUSHNIR, 2004, p. 23).

Em 13 de dezembro de 1968, com a edição do AI5, o Jornal Estado de São Paulo começou a sofrer com as incursões diretas dos chamados censores. No dia seguinte aquele Ato, o jornal publicou na Seção Notas e Informações o editorial “Instituições em Frangalhos”, mostrando a fragilidade das instituições frente ao arbítrio do chamado “golpe dentro do golpe”.

Toda a tiragem do jornal foi apreendida e a presença dos censores na sua redação tornou-se constante. Não obstante ao fato de sofrer a censura velada, o jornal não adotou a

autocensura, como ocorreu em outros periódicos; pelo contrário, o jornal lutou com toda sua força para burlar a censura e denunciá-la, através de vários métodos.

Durante a produção de suas notícias, ou melhor, depois de finalizadas, estas eram levadas à apreciação dos censores, que de posse de um manual com descrições dos assuntos que poderiam ser considerados nocivos ao Sistema, recorriam a cortes indiscriminados nos textos, o que os tornavam vazios de conteúdo e sem sentido.

Uma das formas encontrada pelo jornal para driblar os censores, foi a colocação de versos da obra “Os Lusíadas” de Luís de Camões nos lugares dos recortes que os censores faziam nas matérias já prontas para publicação. Esta estratégia do jornal causava estranheza ao leitor, que no decorrer do texto, notava a inclusão sem sentido de uma poesia, fazendo-o refletir sobre o que estava acontecendo com o jornal e a notícia.

Durante o regime militar, o Estado de São Paulo passou a conviver diariamente com a presença de censores em sua redação, o que culminou com cortes nas reportagens de maior repercussão, sendo que os vetos totais ou parciais tiravam o sentido e o conteúdo do texto. A postura do Jornal, porém, foi ambígua e interessante, pois este grupo é representante dos princípios liberais democráticos, e como tal foi um dos grandes protagonistas dos movimentos que antecederam a derrubada do Presidente João Goulart, em março de 1964.

Em vários editoriais da época o jornal não hesitou em propor a intervenção dos militares para a derrubada de um governo eleito democraticamente dentro das regras do jogo democrático de então.

[...] Limitando as ideias liberais às posturas professadas por John Locke, o pensador mais próximo das reflexões exibidas por OESP [Jornal o Estado de São Paulo], explicadas em diversos editoriais e mesmo por seus editores e colaboradores mais constantes, observa-se que a posição do grupo que representa os interesses dos proprietários do jornal, conspirando abertamente contra o governo constitucional de João Goulart, é teoricamente justificável nos moldes do liberalismo Lockeano. (AQUINO, 1999, p.39).

Apesar de ser um defensor da liberdade e da democracia, naquele momento histórico, o grupo que presidia O Estado de São Paulo entendia que João Goulart, com seu viés populista e com suas reformas de base, estava vilipendiando os direitos naturais do indivíduo e, portanto, estava legitimamente passível de sofrer uma intervenção em nome da vontade popular.

[...] Deste modo, encontram-se plenamente justificados os proprietários de OESP. Na proposição da rebelião armada contra um governo democraticamente instituído, uma vez que acreditavam estar defendendo os direitos naturais dos homens, contra o abuso do poder do governante; enquanto proprietários acham-se [os diretores do Jornal] no direito, pois dotados da capacidade de ação política racional, de propor a revolução. (AQUINO, 1999, p.40).

A visão do Jornal O Estado de São Paulo de que os homens são diferentes entre si, o que justificaria como natural a diferenciação de uns em detrimento de outros, está explícita no trecho abaixo, proferido por Ruy Mesquita, um dos proprietários da empresa, durante a comemoração do centenário do jornal em 4 de janeiro de 1975.

[...] Não pretendemos cobrar de ninguém os serviços prestados a este país e à causa das liberdades e dos direitos humanos no mundo inteiro. Aprendemos de nossos maiores que as sociedades humanas se dividem em dois grupos: o dos que são credores da sociedade, formado pela imensa maioria dos desprivilegiados, e o dos que são devedores da sociedade, constituídos pela insignificante minoria dos que são privilegiados. Na luta diária do jornalismo, três grupos de diretores deste jornal vêm pagando sua dívida. Se deixássemos de existir hoje, estaríamos com a consciência tranquila de quem tem a dívida quitada. (MESQUITA, apud AQUINO, 1999, p.41).

A postura contraditória do Jornal O Estado de São Paulo está latente no apoio durante a intervenção militar de 1964, explicitamente defendida em vários editoriais de época, além do apoio ao Estado Militar Autoritário que se instaurou a partir do golpe de 1964, e a sua mudança radical de postura depois da promulgação do 5º Ato Institucional, em 13 de dezembro de 1968.

A verdade é que esta ambiguidade com relação ao apoio à intervenção militar de 64 e a reação à implementação do chamado “golpe dentro do golpe”¹, não foi exclusividade do Jornal Estado de São Paulo. Várias instituições e seguimentos da sociedade civil organizada que, ao se depararem com o “monstro” que ajudaram a construir, mudaram de postura e implementaram uma luta incessante contra os abusos de autoridade e uma caminhada espinhosa para a retomada da democracia em nosso país.

A postura do Jornal Estado de São Paulo, a partir do AI5, foi de franca e progressiva oposição ao governo que apoiou e ajudou a se instalar no Brasil. Com o famoso editorial “Instituições em Frangalhos”, são notórias as dicotomias na relação entre as convicções do jornal e os rumos políticos que o Estado Militar implantava no Brasil. Naquele editorial, o jornal destaca que a “vitória de 1964” foi crédito de toda a sociedade brasileira, e não mérito exclusivo das Forças Armadas.

[...] É que, com o correr do tempo e o contato com a realidade, vai S. Exa. percebendo que governar uma nação de mais de 80 milhões de habitantes e que acaba de dar, com a vitória de 64 – que embora S. Exa. a considere como obra das Forças Armadas, se deve ao próprio esforço da coletividade – uma demonstração viva de fé democrática, é coisa muito diferente do comando de uma divisão ou de um exército. (AQUINO, 1999, p.49).

Paradoxalmente, o mesmo discurso ideológico pelos “princípios liberais e democráticos”, foi utilizado pelo Jornal o Estado de São Paulo, resguardadas as devidas proporções, tanto em 1964, a favor da intervenção militar; quanto em 1968, em favor da liberdade

1 “Golpe dentro do golpe” refere-se ao encrudescimento do regime militar a partir do Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968.

de expressão e das garantias individuais. A partir desta mudança de posição, o jornal O Estado de São Paulo torna-se alvo dos agentes de segurança incumbidos de “proteger” o regime das opiniões contrárias às preconizadas pelos militares.

A censura prévia (1972 a 1975)

“A censura, se configura, pois, como um ato violento, explícito, mas também insidioso, a demonstração cabal do reconhecimento da força das ideias do inimigo, o recuo para um lugar onde o debate e o conflito de opiniões cedem suas posições à violência”²

Em seu livro *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978)*, o Exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento, EDUSC: 1999, a Historiadora Maria Aparecida de Aquino retrata bem o processo de censura prévia e da autocensura imposta ao Jornal o Estado de São Paulo,

[...] Em entrevista (11 Set 1989), com o professor e jornalista Oliveira S. Ferreira – na época, editor-chefe e, posteriormente, um dos diretores de O ESP (O Jornal O Estado de São Paulo) – aludiu ao fato de que eram comuns os telefonemas às direções do jornal, acentuando o que não poderia ser veiculado pelo mesmo. Portanto, durante certo tempo (1968 a 1972), O ESP acedeu em acatar ordens telefônicas até a ruptura, quando se instaurou a censura prévia. (AQUINO, 1999, p. 54).

A apreensão do editorial do Estado de São Paulo, “Instituições em Frangalhos”, em 13 Dez 68, configura-se um marco simbólico do início de um drama que atingiria toda a imprensa brasileira, qual seja, a censura velada à imprensa escrita. Aquino (1999) destaca que no período compreendido entre dezembro de 1968 a agosto/setembro de 1972, corriam telefonemas e bilhetinhos entre os órgãos responsáveis pela censura e a redação do jornal.

Em entrevista (11 set. 1989), com o professor e jornalista Oliveiros S. Ferreira – na época, editor-chefe e, posteriormente, um dos diretores de OESP [Jornal O Estado de São Paulo] aludiu ao fato de que eram comuns os telefonemas à direção do jornal, acentuando o que não poderia ser veiculado pelo mesmo. (AQUINO, 1999, p. 54).

Durante certo período (1968 a 1972), o Jornal O Estado de São Paulo não teve alternativa a não ser acatar ordens recebidas, até quando ocorreu uma ruptura e o jornal passou a ser vítima da censura prévia. Na noite de 13 de dezembro de 1968, quando da tentativa de publicação do editorial *Instituições em Frangalhos*, a Polícia Federal apreendeu toda aquela edição do dia, devido à recusa do jornal em mudar alguns trechos daquela reportagem. Desde aquele período em fins de 1968, os órgãos de segurança mantiveram uma censura que oscilava entre a repressão mais dura e um abrandamento nas imposições dos censores. A partir de 1972, mas especificamente entre os meses de agosto e setembro daquele ano, diante

² BRESCIANI, prefácio do livro *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988*, de Beatriz Kushnir, 2004, p.14.

das conflituosas relações estabelecidas entre os órgãos censores e a direção do jornal, foi finalmente instalada a censura prévia no Jornal O Estado de São Paulo, que duraria até 1975.

Dentre os diversos assuntos que eram objetos de vetos por parte dos censores, a repressão aos assuntos políticos destacou-se, haja vista que este problema foi uma constante desde a implantação do regime, até os processos de retomada da democracia. A maioria dos vetos no Jornal O Estado de São Paulo estiveram relacionados às reportagens que faziam alusão às prisões arbitrárias de suspeitos de subversão; aos maus tratos, a torturas ocorridas nos chamados “porões da ditadura” - no interior dos Departamentos de Operações e Investigações (DOI) e nos Centro de Operações de Defesa Internas (CODI) - aos desaparecimentos e ao desrespeito aos direitos humanos dos prisioneiros políticos.

A criatividade que os editores utilizaram para demonstrar que algo estranho estava acontecendo, tinha como objetivo “aguçar e instigar o leitor a procurar razões racionais para aquelas alterações incomuns nos noticiários”. (AQUINO, 1999, p. 54). A censura prévia além de interferir na dinâmica da produção da informação, levou o jornal a exigir de seu público o apoio para manter sua sobrevivência. Num processo audacioso, o jornal apostou na possibilidade de induzir o leitor a exercitar sua capacidade reflexiva e apurar seu senso crítico, levando-o a se questionar sobre aquelas “coisas insólitas” que estavam ocorrendo, como interrupções abruptas nos textos, colocação de versos em lugares destinados a assuntos políticos, receitas culinárias de bolos em locais totalmente inapropriados, buscando, desta forma, explicitar a existência da censura.

Considerações finais

Durante o regime militar no Brasil, parte da imprensa brasileira viu-se obrigada a conviver com várias restrições, tendo que escolher entre aquilo que pode e deve ser dito, em detrimento da veracidade dos fatos, escolhendo um discurso em detrimento de outro. Ao invés de ser o espelho da realidade, pelo qual o leitor busca interpretar o mundo, a imprensa brasileira ficou impedida de traçar um discurso fiel da realidade, e não pôde divulgar as notícias com parcialidade, senão da forma como convinha e diante da autorização dos órgãos de repressão aos meios de comunicação.

Se de um lado, os órgãos de segurança montaram um aparato repressivo capaz de monitorar grande parte das notícias consideradas nocivas ao Sistema; por outro lado, alguns jornais conseguiram burlar esta vigilância “canina” através de métodos simples e criativos, possibilitando aos leitores mais atentos perceberem que o jornal estava sofrendo forte censura, silenciosa mais perversa, capaz de tingir a realidade dos fatos num processo único de “construção de uma realidade”, logicamente a que convinha aos militares.

A resistência do Jornal O Estado de São Paulo demonstrou, no pós-68, que se pode tentar calar as vozes, mas não as ideias; pode-se tentar ocultar a verdade, mas não toda ela. Não obstante ao fato de aquele jornal tenha contribuído para a derrubada do governo de João Goulart e a instalação de uma ditadura militar no Brasil, o fato é que este mesmo jornal teve um papel decisivo no processo de retomada da democracia no Brasil, além de ser um dos poucos jornais que tiveram a coragem de se arriscar em assumir uma postura de resistência e denúncia do arbítrio do uso da força contra a liberdade de expressão e de pensamento.

A utilização das fontes jornalísticas para análise dos relatos sobre os acontecimentos recentes da história do Brasil, principalmente na análise do comportamento e do discurso da imprensa e dos meios de comunicação de massas durante o regime militar, nos coloca no limiar da “história da notícia”, onde o dizer e o omitir transitam num espaço que ABREU (2000) classifica como “lugar de fachada, onde o jornalismo supõe nos dizer toda a verdade”.

Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968/1978). São Paulo: EDUSC, 1999.

ABREU, João Batista de. As manobras da Informação: Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil. (1965-1979). Rio de Janeiro: EdUFF: 2000.

CAPELATO, M.H & PRADO, L.P. Imprensa: fábrica de notícia. Cadernos de jornalismo e editoração. São Paulo, ECA/USP, n.11, n 25, jun-1990.

CAPELATO, M.H & PRADO, L.P. O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: O jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfaômega, 1980.

FICO, Carlos. As controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24. nº 47. p. 40, 2004.

FREITAG, Bárbara. A teoria crítica ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed. 1990.

GÁSPARI, Êlio. A ditadura escancarada. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GÁSPARI, Êlio. Ditadura Envergonhada. São Paulo: Cia da Letras, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. CAES DE GUARDA - Jornalistas e censores do AI5 à Constituição de 1988. Boitempo. São Paulo, 2004.

MARCONI, Paolo. A Censura Política na Imprensa Brasileira. São Paulo: Global, 1980.

MARCONDES, Filho, C. O capital da notícia. São Paulo, Ática, 1986.

MORAES FILHO, Antonio Evaristo de. Lei de Segurança Nacional. Um atentado à liberdade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Imprensa e poder. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imp. Oficial do Estado, 2002.

MOTTER, Maria Lourdes. FICÇÃO E HISTÓRIA: Imprensa e Construção da Realidade. São Paulo: Arte & Ciência Vilipress, 2001.

NETTO, J. P. & FALCÃO, M.C. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1989.

WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Revistas

VEJA. Memórias do Regime Militar: O Brasil de 1968 a 1985 nas páginas da veja. Disponível em www.veja.abril.com.br. Acesso em 30 Set 2007.